

IMPLANTAÇÃO, NA PRAIA DOS INGLESES, ILHA DE SANTA CATARINA, DE OBRAS PÚBLICAS

Marilú Angela Campagner May*

Antônio Galvão Novaes**

Nas últimas décadas, a Praia dos Ingleses vem apresentando um dos mais expressivos ritmos de crescimento sócio-econômico no Norte da Ilha de Santa Catarina. No entanto, esta posição não reflete, em sua essência, alterações significativas no padrão de vida da comunidade nativa identificada como "pobre".

O crescimento acima mencionado deve-se, basicamente, à atuação do Estado, que no nosso entender é, de fato, o principal agente impulsionador da maioria das mudanças desencadeadas particularmente na Praia dos Ingleses e em seu entorno.

O estudo levou-nos a constatar a importância decisiva das intervenções do "Aparelho de Estado", e nos fez questionar concretamente sobre as mudanças operadas num prazo muito curto no conjunto de sistema institucional local e o papel social jogado pelo planejamento numa situação onde estavam reunidas todas as condições para justificar as exigências de racionalização de um processo de crescimento urbano, social e funcional em curso.

Ao examinar-se a Praia dos Ingleses observa-se que a organização espacial existente justifica-se, tanto pela influência de seus agentes hegemônicos quanto pelas formas com que o Estado atua em cada uma delas. Os agentes hegemônicos atuam determinando a gênese, o andamento e o resultado do processo de urbanização e o Estado concebendo, operacionalizando ou gerenciando o planejamento e a implantação de obras públicas, ou ainda, subsidiando infra-estruturas de base e/ou super-estruturas turísticas. Os diferentes papéis assumidos pelo Estado, com sua maior ou menor participação frente aos respectivos processos, depende da força político econômica de cada agente hegemônico e da forma com que estes se relacionam frente ao mesmo.

Em outras palavras, pode-se dizer que embora utópico, o alcance de um planejamento ideal, onde a teoria e a prática estejam perfeitamente integradas, sua busca e utilização não devem ser esquecidas se não para resolver, ao menos para minimizar os impactos negativos oriundos de qualquer processo de obras públicas existentes, seja ele acelerado ou não.

Esta constatação só vem reforçar a importante necessidade de se tentar adotar um processo de planejamento tecnicamente adequado, que cumpra todas as fases do processo, que tenha seus planos voltados às reais características e especificidades de uma região em mutação, onde o setor público e privado estejam corretamente integrados, principalmente nas questões relativas à operacionalização e à fiscalização de obras públicas.

O planejamento, mesmo que longe de atingir seus objetivos ideais acaba, contudo, por atenuar as contradições da urbanização capitalista, promovendo o melhor uso e ocupação do solo, dos recursos ambientais e, no caso da urbanização turística,

* Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Florianópolis SC

** Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Florianópolis SC

minimizando os impactos decorrentes da crescente atividade desenvolvida na área, especialmente sobre o ritmo e a intensidade do desequilíbrio dos recursos ambientais.

Ao analisar-se as obras públicas na Praia dos Ingleses observa-se, além da ocorrência de limitações pertencentes ao Estado como um todo, a existência de delimitações específicas ao estudo de caso que, somadas às primeiras, inerentes a qualquer função urbana, colaboraram para que o planejamento estatal não atuasse eficientemente sobre os resultados do processo de urbanização na comunidade tradicional.

As obras públicas na área estudada chegou a ocasionar impactos consideráveis na comunidade original, pois a mesma tem no asfaltamento da SC 401 e na entrada da energia elétrica, um marco importante para o desenvolvimento econômico-social e início da atividade turística.

Pode-se dizer que ao longo dos anos os investimentos públicos na Praia dos Ingleses, em sua maioria, caracterizou pela forma desvinculada das necessidades locais com que são executadas, seja nos processos de incorporação e remuneração do trabalho, no uso de tecnologias, fontes energéticas e matérias-primas utilizadas nas edificações, na captação e consumo de água potável, na destinação das águas servidas ou na descaracterização cultural da comunidade envolvida, entre outros fatores.

Esta incompatibilidade das necessidades da população residente, acompanhada do dinamismo das atividades turísticas, contribuiu para que o desenvolvimento urbano e turístico ocorresse de forma desintegrada. Isto tudo ocasionou um distanciamento entre as carências dos habitantes e o que o Estado e os agentes detentores do poder implantaram.

Desta forma constata-se que embora houvesse um avanço na condução das obras públicas na área desde que se iniciou a instalação de equipamentos públicos, representando a fase de maior consistência quanto ao controle do desenvolvimento econômico e turístico, na Praia dos Ingleses, pouco se fez para o aprofundamento desta questão, desde a sua implantação. A ausência do gerenciamento por parte da estrutura federal à municipal, que estava prevista nos planos e programas, fez com que este ônus recaísse sobre a própria população e o órgão competente municipal - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF.

A forma com que foi inicialmente conduzido o processo de implantação das obras públicas, sem atrair ou prender a atenção da iniciativa privada e população, juntamente com a tendência inerente ao sistema do Estado em gerir e subsidiar sózinho à instalação de energia elétrica, telefonia, água e saneamento, empreendimentos hoteleiros, estradas e equipamentos sociais, ajudam a corroborar a mentalidade de que o Estado é o único responsável pela solução dos problemas gerados pelas obras públicas na população da Praia dos Ingleses.

Dentro deste pensamento ao Estado caberia, além da gerência de todas as despesas e responsabilidades sobre o bom andamento do processo de urbanização, todos os outros problemas relativos ao espaço sócio-econômico. Os outros agentes que participam do processo esquecem-se que são os maiores causadores dos impactos e dos problemas encontrados, exigindo que o Estado solucione sózinho os problemas por eles mesmos criados.

Pouco a pouco o setor imobiliário e hoteleiro e a população nativa tomam consciência de que quanto mais ordenado e preservado o espaço da Praia dos Ingleses, mais valiosos serão os seus investimentos e mais irão usufruir deles.

Observa-se que as dificuldades relativas à operacionalização e ao cumprimento dos objetivos propostos pelas empresas estatais e órgãos estatais justificam-se não só pela existência de falhas técnicas e operacionais, como também, pela constante crise financeira por que passa o Estado.

Assim, ao deixar de lado as questões daqueles que não podem se defender e também as questões referentes à crise urbana, o Estado indiretamente acaba por fortalecer e delegar ainda mais poderes aos grupos sociais hegemônicos que, de uma forma ou de outra, tornam a pressionar o Estado por terem acesso de forma direta e indireta aos políticos que determinam as diretrizes a serem adotadas pelo Estado, utilizando e conduzindo o processo de implantação das obras públicas a favor de seus próprios interesses.

Desta forma conclui-se que, na Praia dos Ingleses, a implantação das obras públicas reflete todas as contradições e deficiências do sistema, estando muito mais ligada a encontrar soluções paliativas aos problemas decorrentes da urbanização capitalista, do que conduzir e orientar o processo de instalação, antecipando-se e atuando de forma preventiva a eles.

Pode-se dizer que o resultado e o modo como as obras públicas são conduzidas na sua instalação dependem muito mais da forma com que participam e influenciam os agentes promotores do espaço urbano, públicos e/ou privados, seus interesses e pretensões, do que do papel desempenhado pelo Estado. São esses mesmos interesses que acabam por definir as diferentes formas dos equipamentos públicos, a quem se destinam e para que servem, suas falhas e contradições.

Isto pode ser observado ao verificar-se que se não fosse o fato do Costão do Santinho Resort entre outros, ter sido um empreendimento planejado e conduzido pela iniciativa privada com apoio do Estado, o processo de ampliação da rede de telefonia, energia elétrica e implantação da rede de água e saneamento, assim como outros procedimentos na Praia dos Ingleses, o Estado teria um comportamento diferente em relação à prioridades para a Praia dos Ingleses.

É somente assim que um sitio pesqueiro torna-se, nos anos 80, um balneário turístico. É em função da melhoria dos meios de consumo coletivos, acessibilidade, energia e comunicação, que principalmente veranistas e turistas nacionais e estrangeiros passam a deslocar-se regularmente à Ilha de Santa Catarina, durante os meses de verão. Esse processo redundou na expansão sem limites do adensamento do uso do solo e deu origem uma forte pressão na implantação das obras públicas na Praia dos Ingleses.

Como consequência desta forma de urbanização, observa-se que nem todos os que participam deste processo podem ser chamados de especuladores. Ainda mais que quem mais interfere no processo, manipulando e burlando o Estado e o planejamento por ele estabelecido, não é o turista, mais preocupado em desfrutar suas férias, e, sim, os proprietários fundiários e moradores locais e, principalmente os promotores e incorporadores imobiliários. São estes os primeiros a desrespeitarem a escassa legislação existente, construindo mal, sem a orientação técnica adequada. Para estes agentes o Estado surge como parceiro somente na hora da solução dos problemas por eles criados. Seu papel de orientador, identificador e ou regulador dos interesses comuns normalmente, no decorrer do processo de implantação das obras públicas é, convenientemente, não lembrado.

Com relação ao planejamento efetuado pelo Estado para implantação das obras públicas, conclui-se que pela sua fragilidade torna-se difícil o estabelecimento de um consenso para que não haja impacto da sua instalação na comunidade tradicional. A

falta de entendimento entre os agentes leva a fazer inúmeras intervenções nos planos e projetos das empresas estatais prestadoras de serviço, descaracterizando-os, até que não sejam reconhecidos como elementos norteadores do processo. A presença consciente do Estado ao longo da discussão e na emergência destes conflitos passa a ser fundamental para a condução e/ou retomada dos investimentos propostos pelo Estado.

As conclusões descritas, se somados à crise financeira do Estado e à falta de integração entre este e a iniciativa privada, vêm a explicar porque as obras públicas na Praia dos Ingleses causa impactos sócio-espaciais que chegam a caracterizar-se como irreversíveis.

Entretanto, na Praia dos Ingleses observa-se uma mudança de mentalidade no que se refere à iniciativa privada sobre a forma de operacionalizar as diretrizes genéricas estabelecidas pelo planejamento vigente. Pode-se dizer que a iniciativa privada tende a reconhecer que o Estado não é o único culpado, não tem capacidade sózinho para resolver os problemas referentes à acessibilidade, energia elétrica, água e saneamento, comunicações e equipamentos sociais. Ao mesmo tempo passa a perceber que se não se unir ao Estado, para dinamizar e operacionalizar o processo de implantação das obras públicas, na Praia dos Ingleses pouco será feito em termos de melhoria da qualidade urbana e ambiental, podendo os impactos negativos advindos das obras públicas serem maiores.

Uma vez que as obras públicas não tem resolvido satisfatoriamente as questões referentes à estrutura básica, também a comunidade começa a se mobilizar a fim de minimizar as contradições do Estado.

Conclui-se que, apesar das obras públicas até agora estabelecidas na Praia dos Ingleses e o planejamento terem surgido tardiamente, e pouco ter sido feito para nortear e modificar o processo no decorrer de sua materialização, a comunidade parece obter mais resultados na medida em que se une ao capital, que tem meios e objetivos bem traçados para solucionar problemas que possam inviabilizar as obras públicas na Praia dos Ingleses.

Na busca mais uma vez, do alcance de seus interesses, os agentes públicos e/ou privados, em troca de favores, tendem a colaborar no alcance de certas funções até então delegadas do Estado, colaborando de forma mais direta e simbólica na operacionalização das obras públicas, na Praia dos Ingleses. Cabe ao Estado e à comunidade tradicional aproveitar às oportunidades do capital, para salvaguardar os recursos ambientais e paisagísticos da Praia dos Ingleses, levando-o a agir também em favor do alcance de objetivos ligados aos aspectos culturais e sociais da comunidade.

Quanto à análise e avaliação no que tange a Equipamentos Públicos existentes, há uma ausência de levantamentos completos específicos para a área, que além de não avaliar os elementos componentes dos espaço sócio-econômico na sua totalidade, não faz uma análise crítica com interpretação e questionamento dos dados levantados.

Constata-se somente através de relatórios anuais, a existência de avaliações governamentais periódicas que pretendem verificar a operacionalização ou não das políticas por elas mesmas propostas. Esta forma de controle e avaliação de resultados surge mais como propaganda governamental do que com o intuito de seguir uma política geral, que norteie o desenvolvimento sócio-econômico como um todo. Se assim o fosse, políticas prioritárias estabelecidas pelos Planos e Projetos seriam cumpridas, independentes de pautas governamentais isoladas.

Além disso, o jogo de interesses que constantemente altera planos e projetos de lei, e as restritas condições financeiras do setor público, vêm a demonstrar que a

existência de planos e projetos não resulta obrigatoriamente na execução de suas propostas. A operacionalização do plano, por mais elaborado que seja, acaba por esbarrar em fatores externos a ele e que fogem de seu controle.

Este estudo permitiu, ainda, o aprofundamento da análise da problemática espacial de uma comunidade tradicional, que se transforma rapidamente face à uma intervenção externa agressiva, contribuindo para a ampliação do conhecimento geográfico da mesma.